



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 40 - 2ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1992 - Cr\$ 1.000,00

Abaixo o governo de conciliação nacional de Itamar Por um governo operário e camponês

A burguesia se aproveita do apoio das massas ao impeachment de Collor para formar um novo governo de pacto social. A indicação do Ministro do Trabalho Walter Barello pelo PT objetiva sustentar a governabilidade de Itamar. Os reformistas e as direções sindicais burocratizadas tudo farão para impedir que os assalariados saiam à luta contra o continuísmo da política antinacional e antipopular de Collor através do novo governo. O movimento operário tem a tarefa de dizer: nenhum apoio ao governo dos capitalistas! Organizar imediatamente a campanha nacional por emprego, salário, terra aos camponeses, fim da desestatização, não pagamento da dívida externa e expulsão do imperialismo. Iniciar a formação de uma Frente Revolucionária Antiimperialista para combater as pressões desagregadoras das potências estrangeiras e enfrentar o grande capital nacional e multinacional. Que a CUT rompa com a política de submissão do PT! Que convoque os sindicatos à luta! Que saia em defesa do salário mínimo real de três milhões de cruzeiros! Que se lance contra as demissões em massa. A T.POR conclama os operários, camponeses, classe média empobrecida e estudantes a não darem uma só gota de confiança e apoio ao novo governo das oligarquias. Defendamos a estratégia da revolução proletária: Por um governo operário e camponês.

Fleury é responsável pela chacina na Casa de Detenção

O massacre e assassinato sumário de mais de 111 presos da Casa de Detenção é de responsabilidade do governador Fleury e do PMDB. A chacina expõe cruamente o totalitarismo do Estado burguês e a orientação fascista de eliminação em massa de marginais, que são trabalhadores ou filhos de trabalhadores decompostos pelo desemprego, pela miséria e pela condição de existência das favelas. A mentalidade fascizante de uma parte da pequena burguesia de que a saída é eliminar os marginais é manifestação de desespero causado pela desagregação do capitalismo e das relações sociais. Isto tem sido utilizado pela fração burguesa rea-

cionária para defender o direito de assassinato em massa. A mobilização operária e da juventude contra tal orientação é necessária para o próprio desenvolvimento político das massas. O PT tem escondido a responsabilidade de Fleury, devido a interesses eleitorais. Isto contribui para obscurecer a presença do fascismo no Estado e para impedir a evolução da consciência revolucionária das massas. Defendemos que a CUT e o PT condenem Fleury e convoquem um Tribunal Popular para mobilizar os trabalhadores pela punição dos culpados e destituição do governador do PMDB.

Formação Política Parte III Teoria Marxista do Estado

A Socialdemocracia se constituiu numa corrente ideológica totalmente oposta ao marxismo. Historicamente começou por deformar as concepções de Marx e Engels e acabou por assumir o reformismo pró-capitalista. Trata-se de uma manifestação política do imperialismo.

Karl Kautsky foi um dos líderes fundamentais que debandaram do marxismo para a socialdemocracia contra-revolucionária. Combateu ferrenhamente a Revolução Russa, que instalou a ditadura do proletariado contra a minoria capitalista.

Hoje, os reformistas brasileiros retomam a Kautsky e consideram que a ditadura estalinista em desagregação na Rússia e no Leste Europeu é de responsabilidade do leninismo. Afirmam que a concepção da ditadura do proletariado desenvolvida por Lenin e materializada pela revolução deu lugar à ditadura totalitária de Stalin.

Na verdade, deformam a concepção leninista e a história para se contrapor à via da revolução violenta e defender o reformismo gradual e pacífico do sistema capitalista decadente.

O centro da divergência entre a teoria marxista do Estado e a teoria burguesa socialdemocrata está em que o primeiro demonstra que o Estado expressa a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida, enquanto que o segundo considera que o Estado é o exercício da democracia.

Desta forma, a Socialdemocracia se contrapõe à destruição do Estado burguês pela revolução proletária e defende o aperfeiçoamento democrático. Ou seja, procura manter a classe operária submissa à idéia de que a exploração e a miséria serão solucionadas através do Parlamento de forma pacífica. A versão mais divulgada pelos reformistas brasileiros é a da participação popular no Estado para ampliar a sua democracia e transformá-lo a favor da maioria.

A ampla divulgação do reformismo travestido de transformador da realidade político-social e a campanha contrária à estratégia da revolução e ditadura proletárias têm servido de instrumento para retardar o avanço da consciência política e organizativa da vanguarda operária. Isto numa situação em que o capitalismo se desmorona mundialmente e se volta ferozmente contra as massas em luta. E quando o totalitarismo estalinista cede passagem à restauração capitalista na Rússia e Leste Europeu.

A compreensão e a defesa da teoria marxista do Estado é fundamental para a elaboração programática do Partido e para combater a farsa ideológica socialdemocrata. Sem um claro domínio da teoria marxista do Estado, não se pode traçar a tática correspondente aos objetivos da revolução proletária.

75 anos da Revolução Russa

A imprensa burguesa e os reformistas petistas procuram impor a idéia de que os princípios leninistas da Revolução socialista são os mesmos do estalinismo. Identificam a estratégia da ditadura do proletariado e a natureza do Estado Operário com a ditadura burocrática estalinista e com o Estado Operário degenerado, fruto do fim do poder dos soviets, da eliminação física da Oposição de Esquerda, destruição do programa bolchevique e do aparecimento e fortalecimento de uma casta de parasitas do Estado.

Opostamente a essa farsa armada contra a vigência da Revolução de 1917, os verdadeiros revolucionários leninistas e trotsquistas levantam e comprovam a validade da análise marxista, ou seja, que a luta de classe conduz à ditadura do proletariado através da via insurrecional. É a maturidade das forças produtivas (que necessitam crescer), que se choca com as relações de produção burguesa, o que faz a revolução ser uma necessidade histórica.

A vitória da Revolução Russa, protagonizada pela classe operária e apoiada na maioria nacional oprimida, e a criação do governo operário e camponês possibilitaram a estatização dos meios de produção e a implantação da economia planificada, responsáveis por um grande salto no desenvolvimento das forças produtivas. O que lhe permitiu, por um período, impor-se perante aos grandes países capitalistas.

Já com as experiências advindas da Comuna de Paris, Marx e Engels assinalaram que a revolução não poderia se limitar à tomada do poder do Estado, mas teria que necessariamente destruí-lo para estruturar um novo Estado baseado nos órgãos de poder das massas em sua luta contra a burguesia. Isto se concretizou, na Rússia, com o surgimento dos soviets e da ditadura do proletariado sob sua base. Estas lições, longe de serem dogmáticas como dizem os vendidos petistas, constituem na mais rica experiência da luta revolucionária.

A bandeira da esquerda apodrecida e dos reformistas é a de combater a idéia da revolução proletária e disseminar o pensa-

mento burguês de que o comunismo acabou com o desmoronamento econômico e político da Rússia. Procuram identificar o atual estágio de decadência da economia russa com a propriedade estatizada dos meios de produção, ou seja, a ausência de estímulos próprios das economias de mercado (capitalistas). Portanto, unem os princípios marxistas leninistas (implantados no governo de Lenin) com os totalitários da burocracia estalinista.

A revolução russa e a ditadura do proletariado não avançaram, mas se estancaram e degeneraram, particularmente porque ficaram isolados. As tendências reacionárias mundiais, impulsionadas pelo imperialismo, atuaram sobre o Partido Comunista. A burocracia encarnou essas tendências ao extirpar o bolchevismo e as idéias revolucionárias do movimento operário. O estalinismo destruiu os soviets e a democracia operária, permitindo tirar o controle da economia das mãos das massas. Se o regime soviético deu um grande impulso à economia através da nacionalização dos meios de produção e planificação econômica, a burocracia foi passo a passo destruindo essas conquistas. A Perestroika e a Glasnost são provas da face contra-revolucionária do estalinismo.

A ditadura estalinista colocou-se a serviço de transformar o Estado operário degenerado em Estado capitalista. Pretende-se transformar a Rússia em capitalista, quando este regime está em plena desintegração em todo o mundo. Por isso, as convulsões sociais internas colocarão a necessidade da reconquista do poder através da revolução política e a estruturação da ditadura proletária, sob bases soviéticas (conselhos).

Na atualidade a estruturação da IV Internacional, cujo programa se comprovou com a derrocada do estalinismo, constitui numa tarefa impostergável. Contribuiremos com a revolução política na URSS construindo o partido revolucionário no Brasil, defendendo o marxismo-leninista e trotsquista no seio das massas e trabalhando por estruturar o partido mundial da revolução.

Nacional: Itamar: O governo da mais ampla aliança burguesa

O objetivo da oposição burguesa, da qual o PT faz parte, de destituir Collor pela via constitucional e sem trauma no regime político foi alcançado com o impeachment. Para que isso ocorresse, foi necessário desintegrar o núcleo oligárquico de sustentação de Collor e alcançar a mais ampla unidade da burguesia a favor do afastamento do Presidente.

Embora o escândalo de corrupção tenha revelado a profundidade da crise política, o impeachment foi imposto sem grandes choques interburgueses. Haja vista o silêncio das Forças Armadas e a aceitação do fato sem grandes atritos. Na realidade, a crise e a luta entre as frações burguesas no aparelho do Estado foram aparentemente resolvidas no trajeto do impeachment. Isto verificamos de imediato na constituição do novo governo de Itamar Franco.

A luta nos bastidores para se formar o corpo ministerial, composto de uma frente ampla partidária, imediatamente repôs os problemas não resolvidos com a saída de Collor. Ou seja, que partido terá maior força no poder governamental e qual será a política econômica a se implantar frente à desagregação produtiva e financeira do país.

A escolha do ministro da economia, posto estratégico de comando, saído do quadro do PFL, como Gustavo Krause, marginalizou o principal responsável pelo impeachment, o PMDB. O Ministério do Planejamento provavelmente o mais influente de todos, ficou com o amigo de Itamar, Paulo Hadadd (PSDB). Por um fio, os peemedebistas não ficaram fora do governo, tamanha foi a divisão nas suas fileiras. A ala quercista e ulissista não admitiam ser o maior partido do movimento pró-impeachment e não ocupar os cargos centrais do novo governo.

A lógica dos acontecimentos levava a que o PMDB e o PSDB se projetassem como as duas principais forças no poder do Estado. Entretanto,

isto não veio a ocorrer dado que Itamar Franco é um homem vinculado a uma fração oligárquica do PFL. A nomeação de Hugo Napoleão para o Ministério das Comunicações caracterizou o objetivo de Itamar se apoiar em grande medida no PFL, uma vez que Napoleão representa um elo com a facção liderada por Antônio Carlos de Magalhães, que permaneceu com Collor até o fim.

O PT, que se constituiu na ala mais a esquerda da oposição burguesa (na verdade, representando a política pequeno burguesa), se pronunciou pela não participação direta no governo. Porém, pela porta da cozinha introduziu o Ministro do Trabalho Walter Borelli, com o consentimento das Centrais sindicais.

Todos os partidos pró-impeachment se tornaram responsáveis por Itamar, embora este viesse a compor seu ministério de frente ampla sob a base do partido oficialista de sustentação de Collor (PFL). A tentativa de um governo de União Nacional, englobando todas as forças, é uma necessidade para a burguesia estabilizar minimamente seu regime político diante da monumental crise econômica e da miséria sem precedentes das massas.

Para que Itamar Franco possa governar neste quadro é preciso contornar a crescente divisão no interior da classe burguesa e conseguir manter os trabalhadores imobilizados, através da colaboração do PT, CUT e demais Centrais. A proposta do PT e do PMDB de Itamar assumir um programa mínimo de consenso objetiva encontrar um equilíbrio entre frações em disputa no poder do Estado, que se preparam para as eleições presidenciais de 1994.

O problema está em que a profundidade da crise econômica e social é tão grande que o programa mínimo negociado é ilusório. A tendência é de que a crise política se manifeste rapidamente. A necessidade de luta das massas contra a ofensiva capitalista é que decidirá.

Itamar, nacionalista?

O imperialismo e setores do grande capital nacional se mostraram preocupados com o passado nacionalista de Itamar Franco. Collor se constituiu num dos governos mais entreguistas da história do país. Seguiu rigorosamente os planos traçados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A sua substituição por Itamar se tornou inevitável dado o porte do escândalo de corrupção. O problema todo estava em que o novo governo deveria manter a linha neoliberal de desestatização, abertura de mercado, pagamento da dívida externa, liberação dos preços, política salarial de congelamento dos reajustes, corte de benefícios sociais, reforma tributária e medidas recessivas.

A fama de nacional-estatista de Itamar foi propagandeada como o único obstáculo a ser vencido para que a substituição de Collor se desse de maneira não traumática e com apoio do grande capital nacional e estrangeiro. A burguesia nacional, representada pela Fiesp e CNI, divergia de Collor num só ponto: quanto à profundidade da recessão. De resto, está de acordo com a via pró-imperialista. Desta forma, condicionou o apoio a Itamar a que mantivesse no essencial o neoliberalismo.

Nos primeiros dias de governo, Itamar não deixou de fazer demagogia com o argumento de que não colocará os interesses nacionais a serviço das potências externas. Enquanto discursava a favor da soberania, os ministros do Planejamento e da Economia trabalhavam na linha de manutenção da lista de privatização das estatais elaborada por Collor. Logo na primeira semana de governo, houve a privatização da Goiásfertil. Dos 13 leilões previstos, o último será o da Açominas.

Como vemos, Itamar mantém o Programa Nacional de Desestatização, que se compõem com as medidas de maior abertura do mercado para a penetração das multinacionais. Certamente, o governo de Itamar poderá fazer esta ou aquela manobra para retardar o processo de desnacionalização, dependendo das divisões interburguesas. Porém, está claro que a demagogia nacionalista já caiu por terra com a aplicação da política pró-imperialista de Collor. Trata-se de um governo capitulador, subserviente, antinacional e antipopular.

**Voto Nulo no segundo turno das eleições municipais !
Por um Partido Operário Revolucionário !**

Itamar: um governo antipopular

Está claro que Itamar não se dispõe a fazer uma grande virada na política econômica. O argumento de que a recessão deve ser mantida como via de solução da inflação é o mesmo do governo anterior.

O primeiro empenho dos novos ministros se concentra em aprovar a reforma fiscal, que quer dizer aumento de impostos, que recairá finalmente sobre os assalariados. A política salarial será mantida pelo menos até o final do ano, como prometeu o Ministro do Trabalho Walter Barelli. Segundo ele, nada poderá ser feito sem que a reforma fiscal seja aprovada. A recessão vem cortando milhares e milhares

de empregos. E o congelamento salarial numa inflação de 25% ao mês tem esmagado as condições elementares de sobrevivência dos trabalhadores.

A posição de Itamar de não modificar imediatamente este quadro resulta na orientação capitalista de descarregar todo o peso da crise sobre as massas exploradas. Itamar conta com o fato de ter sido empossado através do impeachment, em torno do qual as massas saíram às ruas seguindo a diretriz da oposição burguesa. Fará uso disso para imobilizá-las, enquanto cumpre a mesma tarefa antipopular do governo Collor.

Barelli, o Ministro do PT

Itamar Franco atendeu a reivindicação de Lula para que no Ministério do Trabalho fosse colocado o representante do Dieese Walter Barelli. Embora o PT tenha se posicionado por não integrar diretamente no novo governo, procurou influenciar na composição ministerial, a ponto de indicar para o Ministério da Economia o social-democrata José Serra, do PSDB.

A orientação de não fazer parte do governo, mas ao mesmo tempo indicar ministros e hipotecar apoio no Congresso Nacional, se constitui numa manobra em cuja base estão os cálculos eleitorais para 1994. Eis porque também Walter Barelli é apresentado não como ministro do PT, mas como um técnico de confiança da CUT, Força Sindical e CGT.

Essa é uma maneira safada de apoiar o governo continuísta da política antinacional e antipopular de Collor, sem contudo demonstrar aos olhos das massas os compromissos contraídos no aparelho do Estado.

A exigência do PMDB de que o PT deveria também participar do novo governo corresponde ao resultado do impeachment. Isto porque a aliança pró-impeachment não se limitou ao afastamento de Collor, mas também objetivou assegurar a governabilidade de Itamar. E o que seria essa governabilidade senão assumir as responsabilidades de governo?

O PT não se colocou pela via da derrubada revolucionária do governo capitalista corrupto. Assumiu plenamente a solução constitucional de estruturação de um novo governo burguês. Sequer admitiu a posição da esquerda radical democratizante de convocação de eleições gerais, que seria a forma de não se responsabilizar diretamente por Itamar e ao mesmo tempo não defender a luta revolucionária pela derrubada do governo. Objetivamente, os petistas são responsáveis, tanto quanto o PMDB, PSDB, etc, pelo êxito da governabilidade de Itamar, que só poderá estar contra a vida das massas.

O pacto do arrocho salarial

O descontentamento do ex-presidente da Fiesp e vice-presidente da CNI, Sr. Mário Amato, com a indicação de Walter Barelli para o Ministério do Trabalho rapidamente se desfez com o pronunciamento do ministro de que não modificaria a lei salarial antes de resolver o problema da reforma fiscal. Mas o que mais tem alegrado setores da burguesia é o objetivo do ministro do PT se constituir num pivô para a negociação de um pacto social.

A reunião da direção nacional da CUT aprovou a curiosa posição de nem apoiar e nem deixar de apoiar Barelli. Meneguelli explicou que esta posição se deve ao fato da CUT ser um organismo sindical e não partidário. Na verdade, esta neutralidade e apoliticismo é uma farsa para acobertar o apoio. Prova disso está em que Meneguelli e Vicentinho consideraram que um pacto social não ocorreu sob o governo Collor não por responsabilidade dos sindicalistas. Agora, vislumbram a chance do entendimento nacional com Itamar Franco.

Barelli, ao mesmo tempo em que negou a possibilidade de elevação imediata do salário mínimo pelas mesmas razões utilizadas por Collor, desfraudou a bandeira de um grande acordo entre governo, burguesia e trabalhadores em torno do contrato coletivo de trabalho. A aspiração dos assalariados de verem seus direitos mais elementares assegu-

rados na forma de contrato coletivo de trabalho será manipulada a favor de um pacto de apoio de governabilidade ao governo capitalista.

A proposta de um programa mínimo do PT a ser negociado com o governo vem nesse sentido. A sua idéia principal se fundamenta no princípio do Acordo com as Montadoras e no mecanismo das Câmaras Setoriais, nas quais capital e trabalho conciliam. O que quer dizer que os assalariados esmagados pelo arrocho renunciam às reposições das perdas, anulam as campanhas salariais e não se utilizam da greve. Em troca os patrões se comprometeriam a não demitirem em massa e a não rebaixarem os salários futuros.

Sem dúvida, trata-se de um pacto de arrocho. Os trabalhadores vêm progressivamente perdendo poder aquisitivo a favor da acumulação e concentração de riqueza nas mãos da minoria capitalista. O próprio Dieese revela que o salário mínimo real deveria ser 3 milhões de cruzeiros. O valor de 520 mil é responsável pela tremenda pobreza e crise social. Os defensores do Entendimento Nacional e do Programa Mínimo começam por negar a tremenda perda passada e o reajuste do salário mínimo para o seu valor real. A unidade pró-capitalista entre o Ministro do Trabalho, o PT e a direção da CUT está selada.

Resposta operária à crise

No interior do movimento sindical está constituída uma frente pelega de apoio à governabilidade de Itamar Franco. Romper com a política de colaboração e traição da burocracia sindical é a tarefa do momento colocada para o movimento operário. É necessário se desenvolver uma ampla campanha contra o pacto de arrocho e governabilidade.

Ao contrário de um programa mínimo pró-patronal, está colocada a necessidade dos explorados organizarem uma ampla campanha nacional contra a fome, miséria e desemprego. Os trabalhadores não podem tolerar um só dia mais a política que descarrega a crise capitalista sobre seus ombros.

Um programa de emergência para a sobrevivência da família operária começa por defender a reposição de todas as perdas, o salário mínimo de 3 milhões, a implantação do reajuste automático de acordo com a inflação (escala móvel de salário), pagamento imediato de um salário mínimo real para todos os desempregados, fim das demissões, erradicação do desemprego através da aplicação da escala móvel das horas de trabalho, em que se reduz a jornada de trabalho (sem redução de salário) e incorpora todos os trabalhadores desempregados.

Esse é um programa de reivindicações elementares oposto aos interesses da classe patronal, que sobrevive da superexploração do trabalho. As condições mínimas de sobrevivência da classe trabalhadora é incompatível com o capitalismo decadente e com a burguesia sedenta de altos lucros. Por isso, não é um programa a ser negociado a conta-gotas nos organismos burgueses, como as Câmaras Setoriais e com o governo de Itamar. Trata-se de um programa de luta de classes, ou seja, a ser imposto pela força da mobilização grevista ao governo dos exploradores.

Defendemos que a CUT rompa imediatamente com o Ministro Barelli e com toda manobra de apoio ao governo de Itamar. E que lance uma campanha nacional em defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores, em defesa do estatismo contra as privatizações antinacionais e de combate ao novo governo antipopular. Que a CUT lance um plano de mobilização baseado nas assembleias sindicais e populares e que amadureça as condições organizativas e políticas para a greve geral.

Abaixo o governo capitalista de Itamar! Por um governo operário e camponês!

O governo Itamar é produto da crise do regime político burguês, que por sua vez é produto da crise estrutural do capitalismo. O Brasil é um país de economia atrasada e semicolonial, que se desagrega como parte dos impasses do capitalismo mundial. Num pólo se acumulou vasta riqueza e no outro vasta miséria da maioria explorada. Esta contradição econômica e social se agrava com a crise de superprodução mundial e com a consequente recessão.

O capitalismo não tem como reverter o crescente empobrecimento dos assalariados e a tendência ao desemprego em massa. A recessão, fechamento de fábricas e corte de milhões de empregos ocorridos no Brasil é uma imposição que vem de fora. Nosso país se caracteriza justamente por insuficiência de desenvolvimento econômico generalizado e ao mesmo tempo suas forças produtivas fazem parte da superprodução mundial e escassa capacidade de consumo dos assalariados.

A política neoliberal de Collor foi ditada por essas contradições. Comprovadamente atendia às imposições pode-

rosas da economia mundial em crise e aos interesses das potências a serem protegidos. O governo Itamar promete seguir a mesma trilha, como ficou evidente nos 13 pontos programáticos lançados imediatamente após a posse.

De fato, não há grandes possibilidades de uma mudança radical nos rumos da política econômica que conduza a um surto de desenvolvimento e amenização da miséria dos trabalhadores. Isto implicaria numa ruptura drástica com a opressão imperialista e com os condicionamentos da crise mundial. O que quer dizer tomar medidas nacionais independentes do imperialismo e de grande envergadura.

Tais medidas seriam opostas ao neoliberalismo. Ao invés de se desestatizar para se pagar a dívida externa e para favorecer o grande capital nacional parasitário, portador dos títulos da dívida pública, o governo teria de aumentar as estatizações, não pagar a dívida externa e quebrar o poder monopólico do grande capital nacional e estrangeiro. As terras dominadas pelos latifundiários teriam de ser entregues as massas

camponesas. Sem tais medidas, o Estado e o governo são joguetes das contradições capitalistas e do poder de controle do imperialismo.

A burguesia, por mais interesse diferenciado que tenha do imperialismo, não pode assumir nenhuma destas tarefas. Assim o destino do governo de Itamar é de servir ao capital estrangeiro e às reacionárias oligarquias nacionais. O apoio do PT e da burocracia sindical a este governo redundará numa posição de subserviência aos interesses antinacionais e antipopulares.

A política revolucionária é de total independência frente ao governo burguês e às instituições do Estado. Apoia-se no pressuposto que somente o proletariado poderá solucionar a crise a favor da maioria explorada. Em contraposição ao governo antinacional e antipopular, levanta a bandeira do governo operário e camponês, capaz de tomar em suas mãos os grandes problemas nacionais e colocá-los como ponto de partida para a expropriação dos meios de produção capitalista e transformações socialistas da economia.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA
DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 575 - AG. CENTRAL - RECIFE - PE - CEP 50001

Votos Nulos, brancos e abstenção

Rechaço à corrupção da política burguesa

Os partidos imaginavam que nessas eleições municipais a tendência do voto nulo, branco e abstenção seria revertida devido à grande campanha do impeachment. A bandeira burguesa de ética e moralidade na política objetivava não só fazer demagogia frente ao escândalo de corrupção do governo Collor como também atraindo o voto das massas nos partidos supostamente moralizadores. Surpreendeu o fato do enorme crescimento dos votos nulos, brancos e abstenção.

Em São Paulo, os votos nulos e brancos atingiram 23,7%, bem maior que o registrado nas últimas eleições municipais. Quanto à abstenção, nas eleições de 1988, 6,98% do eleitorado não votaram, enquanto que agora este número saltou para 11,3%, quase o dobro. A soma de nulos, brancos e abstenção atingiu 35%, isto num universo de 6.149.253 eleitores.

No Rio de Janeiro, houve 13,36% de abstenção e 23,45% de votos nulos e brancos. Somados são 36,81%, de um total de 3.837.920 de eleitores.

Em Salvador os brancos e nulos tiveram uma projeção de 28%. Dos 360.789 votos apurados inicialmente, 100.884 eram brancos e nulos. Houve caso de 75% de nulos, brancos e abstenção em cidades do interior da Bahia.

Embora não tenhamos ainda os resultados finais a nível nacional das eleições, está evidente que os votos nulos, brancos e abstenção se constituíram numa tendência generalizada entre as massas. Os apelos publicitários para que se valorizasse o voto como instrumento da democracia não surtiram efeito para a parcela mais revoltada e descrente dos políticos carreiristas e das ilusões nas instituições do

Estado.

A rebeldia de milhões de eleitores contra a farsa eleitoral, a demagogia populista, as mentiras dos candidatos e as mensagens adocicadas e bestializantes dos partidos frente à dura realidade da miséria e fome, demonstra uma tendência à quebra das ilusões democráticas e um passo na independência de classe.

A cada pleito eleitoral as massas vêm aprendendo com a própria experiência a identificar os fundamentos da política eleitoral burguesa e funcionamento do Estado contra suas condições de vida. Os gordos salários dos políticos e as mordomias estatais contrastam com as medidas econômicas de recessão, desemprego e rebaixamento salarial.

A ausência do Partido Operário Revolucionário estruturado a nível nacional não permitiu que o protesto e a revolta dos trabalhadores se revertessem em consciência anticapitalista. Os votos nulos, brancos e abstenção refletiram o descontentamento e a negação instintiva da corrupta política burguesa. Sem dúvida, a presença do Partido Revolucionário potencializaria essa revolta em organização e consciência programática.

A posição do núcleo revolucionário pela construção do Partido Operário Revolucionário em favor do voto nulo programático correspondeu ao anseio da parcela que se desloca da influência dos partidos burgueses, da demagogia reformista e da pressão do Estado.

O significado da vitória de Maluf no 1.º turno

A tendência inicial de Maluf ganhar logo no primeiro turno foi modificada nas últimas semanas do pleito. Por pouco mais de 1%, Maluf não derrotou definitivamente Suplicy. Os petistas não se conformam com o fato das camadas mais empobrecidas votarem no representante mais direitista da burguesia. Perguntam-se como é que um candidato tão reacionário e comprovadamente corrupto pôde ter tal desempenho.

O bonitinho Feldman foi arrasado. O ex-exilado pelo regime militar e grande orador Aloysio Nunes, homem de Fleury, foi escurraçado. O bom filho, moralista e ético Suplicy, candidato da prefeita Erundina, passou para o segundo turno raspando. Enquanto que o grosseiro, direitista e sem-vergonha Maluf arrebanhou os votos dos mais pobres. Aí está um segredo da política burguesa.

Na verdade não há nada de fantástico em tudo isso. Paulo Maluf vem perdendo sistematicamente eleições após eleições. O que quer dizer que tem sido rejeitado pela maioria. O segredo da sua ascensão eleitoral está na própria política do PMDB, PSDB e PT. Quércia e Fleury têm governado com mãos de ferro. O governo democrático e popular de Erundina pouco se diferenciou das gestões direitistas anteriores.

Os petistas mais honestos deveriam avaliar com isenção o governo de Erundina. Esta ganhou a prefeitura sob a base da demagogia esquerdista de construir os conselhos populares e dirigir a administração para os interesses da população oprimida. Não se pode esquecer que uma das bandeiras essenciais era de transporte barato, estatização do transporte coletivo e moradias populares.

O resultado é que municipalizou o transporte favorecendo os empresários, elevou as tarifas a níveis mais altos do que da administração Jânio Quadros, reprimiu as ocupações de terra, desarticulou através da Igreja e dos populistas o movimento dos sem-teto e golpeou duramente a greve dos condutores, desfechando uma perseguição política digna dos governos patronais.

um governo de todas as classes foi traduzido na aplicação da política econômica de Collor, a exemplo do tarifaço e do silêncio frente a brutal onda de demissão. O governo que era para ser de mobilização popular se enquistou na prefeitura contra as lutas dos trabalhadores. Para governar, procurou apoio de Fleury, da Fiesp e das empreiteiras.

A corrupção não esteve longe do governo democrático e popular. O caso Lubeca envolvendo o vice-prefeito não foi devidamente esclarecido. A reforma do autódromo em colaboração com a Schell foi uma vergonha. A nomeação de ladrões para a CMTC terminou em escândalo. A colocação em dia das contas do município serviu para acertar a monumental dívida com as empreiteiras. Enfim, o governo de todos se mostrou ser apenas para a burguesia. Em nada ameniza as pequenas reformas educacionais e na saúde.

Finalmente, é preciso dizer que Maluf foi acolhido na frente pró-impeachment, sem que fosse denunciado e chutado pelos petistas. Pôde assim empunhar impunemente o Fora Collor. Não poderia ser de outra maneira uma vez que o velhaco Quércia e o policial Fleury encabeçavam a unidade desse movimento, de mãos dadas com Lula.

Nas eleições sempre prevalece as pressões e o poder da política burguesa. As massas são arrebanhadas ora por um partido ora por outro. Quando confiam num deles e em seguida são enganadas tendem a mudar para outro e assim sucessivamente. Quanto maior for a desagregação dos partidos burgueses mais se deslocam de um pólo para outro nas eleições, quando não têm como guia de suas aspirações e de sua disposição de luta o Partido da Revolução Proletária. Os votos nulos, brancos e abstenção são um repúdio ao jogo político da burguesia.

O PT poderá ainda vencer o segundo turno. Para isto terá de contar com os votos do PMDB, PSDB e PDT. Mas no essencial vale a conclusão de que o maior responsável pelo fortalecimento eleitoral do malufismo é o próprio PT e não os trabalhadores sem memória, como julgam os reformistas.

PT derrotado no berço operário

A disputa do PT no segundo turno em cinco dos maiores municípios do Estado de SP e em várias capitais tem sido considerado um grande avanço. Destaca-se, principalmente, a possibilidade de vitória no Rio de Janeiro, cujo grande derrotado é o PDT de Brizola que se posicionou até às vésperas do impeachment em defesa de Collor. Entretanto a derrota fragorosa no berço do PT (São Bernardo do Campo e Santo André) e a duvidosa vitória em Diadema (dado que no último momento houve a impugnação do candidato do PSB, que contava com a maioria dos votos) significam um grande retrocesso. Se se confirmar a eleição de Mahuf em São Paulo, o PT estará diante de uma grande derrota política.

O recuo do PT não se limitou ao principal centro operário do Estado de São Paulo. O PT perdeu em duas das três cidades do chamado Vale do Aço, em Minas Gerais,

onde governava. Em João Monlevade perdeu para o PMDB e em Timóteo para o PFL. A vitória petista em Ipatinga não foi tranquila, como reconhece o eleito João Magno de Moura. A exceção foi a vitória na importante zona metalúrgica de Betim, por uma margem apertada de 4 mil votos, contra o PMDB.

É significativo o fato dos trabalhadores votarem contra o PT nos municípios em que era governo, fundamentalmente no ABCD. Os governos democráticos e populares petistas se mostraram impotentes frente a onda de demissão e esmagamento das condições de vida dos operários. Mostraram-se coniventes com a ofensiva capitalista e utilizaram o aparelho administrativo para favorecer os interesses da burguesia. A virada de uma grande parcela para posições direitistas, como a do PTB em Santo André, é consequência da política de colaboração do PT com os exploradores.

O POR defendeu e defenderá o Voto Nulo no segundo turno

Frente a integração do PT no Estado capitalista e as experiências antioperárias realizadas com seus governos democráticos e populares e frente ao caráter embrionário do Partido Revolucionário que impossibilitou intervir nas eleições, a T.POR chamou o voto nulo programático.

Esta posição, de um lado, se confluía com a maciça abstenção, votos nulos e brancos, e de outro, se contrapôs à tendência conservadora de deslocamento do voto dos trabalhadores do PT para os partidos da direita, devido a própria política antipopular petista.

A campanha pelo voto nulo correspondeu à necessidade de se opôr à traição petista e a arregimentação eleitoral pelos partidos burgueses. Tratou-se

da defesa da independência política e ideológica do proletariado.

O voto programático constituiu-se na denúncia do eleitoralismo, da defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores e da construção do Partido Operário Revolucionário.

A campanha pelo voto nulo teve como conteúdo: Vote nulo em defesa dos salário mínimo real, emprego, terra e moradia! Vote nulo contra a podridão da política burguesa! Vote nulo contra os capitalistas exploradores! Vote nulo pela construção do Partido Operário Revolucionário! É com esta mesma orientação que o POR chama as massas e a militância consciente a votar nulo no segundo turno.

O massacre do Carandiru

A pretexto de uma rebelião na Casa de Detenção do Carandiru, a tropa de choque da polícia militar fuzilou sumariamente 111 detentos na conta oficial. Os números do assassinatos ainda continuam obscuros, podendo chegar a 200, segundo estimativas dos próprios sobreviventes.

Tamanha barbarie abriu uma grande crise no governo Fleury, que a contragosto e para se defender foi obrigado a exonerar o Secretário da Segurança Pública e afastar os comandantes gorilas. Entretanto, os substitutos dos assassinos declararam imediatamente que fariam o mesmo que os seus comparsas.

O acobertamento dos assassinos e a manutenção do governo policial de Fleury são a prova da farsa democrática existente e da podridão do Estado burguês. A T.POR rechaça o legalismo das investigações que permanecem nas mãos da própria polícia criminosa e a inócua choradeira dos demagogos dos direitos humanos, incapazes de condenar o governo do PMDB e defender a sua destituição.

Fleury deve ser responsabilizado pela chacina na Casa de Detenção

O assassinato deliberado de mais de 111 presos da Casa de detenção é de responsabilidade do governador Fleury e do PMDB, partido a que pertence. Esta barbarie, considerada a maior da história do sistema penitenciário mundial, não se limita a um simples caso de polícia. Trata-se de um problema social e político da maior gravidade.

O fato dos coronéis da polícia militar se sentirem livres para liquidar em massa centenas de detentos completamente indefesos demonstra a estrutura totalitária do Estado burguês. O fato dos coronéis estarem preparados para covardemente fuzilar em massa comprova a formação militar nazi-fascista da polícia.

As tropas de choque não são organizadas fundamentalmente para reprimir motins de presidiários, mas sim para combater nas ruas o movimento dos trabalhadores. Constituem-se em batalhões especializados contra convulsões sociais. O mesmo que fizeram com os detentos, amanhã farão nas ruas contra os trabalhadores, que lutam contra a miséria, a fome e a exploração capitalista. É necessário lembrarmos da invasão militar na CSN e da violenta desocupação dos sem-teto da Vila Socialista, que terminaram em brutal assassinatos de operários.

A chacina da Casa de Detenção revela a estrutura do Estado, a natureza dos governos e a decadência da burguesia como classe dirigente do país. A substância da tão falada democracia se expôs cruamente na matança de homens indefesos.

É parte do apodrecimento político e social da burguesia a atitude dos partidos que levantam a bandeira da ética contra as bandalheiras de Collor e que frente ao massacre não se colocam imediatamente pela destituição do governador Fleury. A posição de que primeiro tem que haver uma investigação é de compromisso com o governo totalitário e com a natureza reacionária do Estado.

Condenamos a atitude do PT, que coloca os seus interesses eleitorais acima do massacre. Não há o que investigar. Os corpos mutilados no IML já provam tudo. Não é a primeira vez que ocorre morticídio nos presídios.

Estamos diante do fato contundente de que o capitalismo produz milhões de miseráveis, donde saem os milhares e milhares de marginais. A brutal exploração e o desemprego crônico destroem lares operários, criam o mundo do crime e deformam a personalidade das vítimas da crise social. O capitalismo produz os marginais, as casas de detenções superlotadas e a matança como a ocorrida em SP.

Nada de CPI distracionista. Nada de colocar a investigação nas mãos dos próprios assassinos. Nada de acobertar os crimes do Estado pelo próprio Estado. Nada de colocar os interesses eleitorais acima da matança. Só há uma verdadeira atitude: que a CUT, sindicatos, organizações populares e familiares dos presos constituam um Tribunal Popular independente do Estado, dos partidos burgueses e das instituições com eles comprometidas. Por ele se pode julgar e punir os responsáveis, utilizando-se dos métodos próprios da classe operária.

**FORA OS ASSASSINOS DE PRESOS INDEFESOS!
ABAIXO O GOVERNO TOTALITÁRIO DE FLEURY E
PMDB!**

**PELO DESMANTELAMENTO DAS FORÇAS
MILITARES NAZI-FASCISTAS!**

**PELO FIM DO DESEMPREGO, DA MISÉRIA E DA
MUTILAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA!
PELA CONVOCAÇÃO DE UM TRIBUNAL POPULAR!**

A vergonhosa posição do PT

Conhecemos a política de um partido frente a grandes acontecimentos, como é o caso da chacina da Casa de Detenção. Em função da necessidade do apoio do PMDB no segundo turno das eleições, o PT e seu candidato Suplicy se limitaram a pedir investigações e punição abstrata dos culpados. Evitaram, assim, denunciar o principal mandante, que é o carrasco Fleury. Não se preocuparam que o apoio peemedebista pudesse vir manchado de sangue.

Assim diz o Jornal do Brasil: "PT exime Fleury no massacre da Detenção para ter aliado". "De olho no cacife eleitoral do PMDB para o segundo turno, o candidato do PT pisa em ovos quando o assunto é o massacre da Casa de Detenção"(7/10).

A Folha de SP destaca em manchete: "Massacre complica aliança entre PT e PMDB". A matéria diz: "O senador Eduardo Suplicy, candidato do PT, quer explicações do governador Fleury (PMDB), a quem pede imediata demissão do Secretário da Segurança, Pedro de Franco" (6/10).

Em declaração ao Jornal da Tarde, Suplicy afirma: "Se ficar provado que esse episódio faz parte da política de Fleury não há como conchamar o seu apoio à minha candidatura"(6/10).

Como vemos, os interesses eleitorais servem para colocar em dúvida se o governador é responsável ou não pela chacina. Devemos perguntar também se o mesmo Fleury é responsável ou não pela violenta desocupação da Vila Socialista, que deixou como saldo dois mortos. Pode haver alguma dúvida que a política de segurança de Fleury é de assassinar "marginais", quando a Rota diariamente fuzila nos bairros pobres inúmeros "bandidos". Há também alguma dúvida de que a orientação do Fleury aos movimentos sociais é de repressão violenta?

Modernização, tercerização e desemprego

O conceito de modernização econômica é sinônimo de demissão e aumento do exército de desempregados. O dado do IBGE de que a produtividade industrial cresceu 10,1%, em 1991, enquanto que o emprego nas fábricas diminuiu 10,1% comprova esta afirmação.

O aumento da produtividade, com a correspondente diminuição do emprego, significa que as grandes empresas introduziram automação e outras formas de tecnologia mais sofisticada. A previsão é de os setores mais capitalizados, para se defenderem da crise e da crescente concorrência, aumentarão a produtividade através de tais métodos, seguidos de redução da mão de obra.

A chamada tercerização é um meio utilizado para se aumentar a exploração do trabalho. Em fins de setembro os operários da fábrica de Elevadores Otis, em São Bernardo do Campo, entraram em greve contra 130 demissões e a intenção da empresa de tercerizar a produção. Tal tercerização significa atribuir a empreiteiras contratação de mão de obra para a fábrica. Por essa via, os salários são rebaixados e os operários duplamente explorados pela fábrica e pela empreiteira.

Uma outra forma de tercerização se dá quando as empresas contratam serviços de outros para tarefas que elas mesma cumpriam, por exemplo manutenção, limpeza, alimentação, etc. Com isso, se livra dos salários, que serão rebaixados com novas contratações pela empresa tercerizada.

Os administradores e técnicos em economia asseguram que quando houver uma reativação econômica, já não será necessário recontratar os milhares de demitidos. Ao contrário, cada vez mais os setores de ponta estarão obrigados a renovar as máquinas, aumentar a produtividade e demitir mais ainda os desqualificados. Esta é

uma tendência mundial do capitalismo que se expressa de maneira devastadora nos países semicoloniais, como o Brasil.

A burocracia sindical faz apologia da modernização. Considera que os sindicatos devem se adequar para as "novas relações de trabalho", inauguradas por estas tendências modernizantes. Chegam ao absurdo de considerar modernidade o chamado Programa de Voluntariado, que significa o operário consentir a sua demissão mediante algumas migalhas de indenização.

A experiência da Brastemp mostra bem a capitulação da burocracia sindical cutista frente aos capitalistas. Ao invés de organizar a luta contra as demissões, levou os operários a concordarem com a farsa do voluntariado. De 756 trabalhadores prontos para serem demitidos, com a desativação da fábrica 1, 224 operários não aceitaram o programa do voluntariado. Imediatamente a Brastemp ameaçou que seriam demitidos sem receberem as vantagens dos demais. Como se vê, o tal voluntariado nada mais é do que uma imposição totalitária dos capitalistas. Isto tem se dado amplamente por todo o país.

Enquanto prevalecer a política de colaboração da burocracia com a "modernidade" e enquanto os operários não se organizarem independentemente, as demissões continuarão a quebrar a espinha do proletariado. A via de resistência é a da greve com ocupação de fábrica, que deve se estender para o conjunto dos trabalhadores, evitando-se o isolamento. Entre a modernidade dos exploradores e a defesa do emprego, o segundo deve prevalecer. Porém, devemos entender que a defesa do trabalho só progredirá caso a classe operária se disponha a destruir o sistema de exploração capitalista, que, mais do que envelhecido, está apodrecido.

Movimento Estudantil Depois do Impeachment, e agora ?

Nas dezenas de passeatas e atos públicos por todo o país reivindicando o impeachment de Collor, a participação maior foi a dos estudantes. No dia da votação do impeachment, por exemplo, passeatas com dezenas de milhares de estudantes encheram as ruas de todas as capitais do país. Em muitos estados, os governos chegaram até apoiá-las. Onde isto não ocorreu diretamente, houve complacência da repressão estatal burguesa (exceção de uma mobilização em Brasília no início de setembro).

O que vimos foram mobilizações com um caráter extremamente limitado, controlado pela frente burguesa pró-impeachment. Reivindicavam apenas a saída constitucional de Collor; não levantaram a luta por melhores condições de ensino, contra a privatização da escola pública, etc; foram utilizadas para fins eleitorais; não se propuseram unir forças com os assalariados contra a miséria e a fome, num movimento nacional.

Com essa linha, as mobilizações ficaram sob controle político da burguesia, e foram utilizadas na disputa entre a fração burguesa defensora do impeachment contra a governista. Os estalinistas, oitistas (MR8) e os petistas, que controlam as organizações estudantis, se negaram a ampliar o

caráter do movimento e chamar a unidade com os trabalhadores pela greve geral.

Agora, aprovado o impeachment, a tendência colocada é a do refluxo, pela falta de perspectiva política. Como o movimento se restringia a pedir a saída de Collor, ficou agora sem razão de ser. A política submissa à burguesia desarmou o movimento.

Para seguir adiante, o movimento estudantil precisa de uma política de independência de classe. Para varrer com os seguidistas da burguesia é necessário construir uma corrente estudantil que se apoie em um programa revolucionário, que aponte o caminho da independência política, econômica e organizativa; a defesa das reivindicações estudantis baseada na mobilização e não nos conchavos de gabinete; a aplicação da democracia e o fim da burocratização nas entidades; a unidade estudantil com o movimento operário.

O movimento estudantil é uma importante força social e pode contribuir muito na luta contra toda opressão nacional, social, política e econômica. Mas, para isso, precisa de um programa que responda desde as questões mais imediatas até os grandes problemas nacionais e isto só é possível com uma política revolucionária.

Comitê: Polícia despeja os sem-terra no Rio Grande do Sul

Mais uma vez a PM do Rio Grande do Sul usou de toda a violência para despejar 39 famílias de sem-terra que ocupavam uma área do Estado em Santa Maria.

Os trabalhadores rurais haviam ocupado a área como forma de presso para apressar o assentamento. No despejo vários ocupantes saíram feridos. No escapou nem mesmo o presidente da CPT (Comisso Pastoral da Terra) e representantes de outros países que faziam visitas às famílias.

Essa é mais uma prova da natureza repressiva do Estado burguês. Matam os indefesos nos presídios. Matam os sem-teto que ocupam áreas para morar. Matam os trabalhadores rurais que necessitam terra para plantar.

A violência contra os sem-terra no Rio Grande do sul no é um fato novo. Basta lembrar

os acontecimentos de Bagé. A reivindicação elementar de terra para plantar dos camponeses pobres se choca com a incapacidade do Estado em resolvê-la. A solução do problema da terra, num país onde uma minoria de latifundiários detém a maior das terras, no virá com os assentamentos e nem com a reforma agrária consentida pelos burgueses. A burguesia não pode realizar tal tarefa porque encarna a propriedade privada dos meios de produção (terra, fábricas, etc), por isso no poderá expropriar o latifúndio e entregar as terras aos camponeses. Desta forma, coloca para as mos do proletariado em aliança com os camponeses o cumprimento dessa tarefa. A revolução proletária é a via para superar o grave problema da terra em nosso país semicolonial.

III Congresso da T.POR

Em fins de janeiro, estaremos realizando nosso III Congresso, que se distinguirá dos demais pelo fato de assentar as bases programáticas da construção do partido Operário Revolucionário no Brasil. Dizemos assentar as bases porque a conquista de um sólido programa depende da penetração do POR no seio da classe operária.

O programa se constitui no processo da luta de classes, que permite conhecer a fundo a realidade do país e organizar o proletariado como força motriz da revolução. As bases programáticas servem para impulsionar o trabalho seguro de organização da vanguarda, que se destaca das experiências da luta anticapitalista.

A resolução do III Congresso consta das seguintes partes: 1) A crise do imperialismo e o In-

ternacionalismo Proletário; 2) Brasil: país capitalista semicolonial; 3) As classes sociais e o proletariado revolucionário; 4) O fracasso histórico do nacional reformismo; 5) A revolução proletária no Brasil; 6) Método e tática da revolução proletária; 7) Construir o Partido Operário Revolucionário; 8) Reconstruir a IV Internacional (Brasil, parte da revolução latino-americana e mundial).

A T.POR chama a militância disposta a construir o partido da revolução e ditadura proletárias, distinto do reformismo petista e das variantes do revisionismo do marxismo, a se empenharem nas discussões programáticas, sem a qual não podemos auxiliar o proletariado na sua tarefa de emancipação histórica e social do capitalismo.

Viva o III Congresso do POR!

Professores

Uma greve quebrada pela política de conciliação de classe

A greve dos professores paulistas foi suspensa pela diretoria da Apeoesp. Depois de 25 dias de luta e resistência, a categoria retornou às aulas sem nenhuma vitória. O movimento iniciou com a reivindicação de piso salarial de acordo com o salário mínimo real de 2 milhões de cruzeiros por 20 horas semanais, reajustes automáticos de acordo com a inflação e reposição de perdas. Foi levantado com a proposta governamental de 30% no mês de setembro, o índice mensal do funcionalismo e 12 referências até março de 1993. O que significa 10% da proposta inicial.

A paralisação contou com a intransigência de Fleury em não abrir negociação com os grevistas e com o profundo ceticismo da classe, motivado pelas derrotas de greves passadas e desconfiança com a direção do movimento. Por isso, o máximo que atingiu de adesão foi 50% da categoria. Embora as condições objetivas para a greve eram favoráveis, dado o extremo arrocho salarial e destruição das condições de ensino e trabalho, as razões políticas apontavam dificuldades para a sua realização.

Em primeiro lugar porque a diretoria se colocou claramente contra uma greve de confronto com o governo. O momento político era de colaboração de classe em torno do impeachment de Collor. As direções sindicais se embrenhavam no movimento supra-partidário pró-impeachment. As campanhas salariais tinham sido desmontadas. O caso dos condutores, petroleiros, bancários atestam a política imobilista que vinha sendo impressa ao movimento dos trabalhadores pela CUT e seus sindicatos. A diretoria da Apeoesp não poderia romper com esse acordo e se chocar com Fleury, chefe dessa frente burguesa.

Segundo, porque não tratou de combater as outras entidades do magistério (Udemo, Apase e CPP), visivelmente contrárias à greve. O CPP aprovou uma paralisação de 4 dias, mas sem a unidade efetiva com a Apeoesp, o que facilitou manobrar e suspender

imediatamente o movimento. Deixou que essas entidades burocráticas-pelegas se colocassem a favor do governo contra a mobilização dos docentes.

Ao mesmo tempo, contou com o extremo isolamento. O funcionalismo público não foi sensibilizado para a luta unitária. A grande maioria nem campanha fez contra o brutal arrocho. O setor da saúde se limitou à greve de advertência por tempo determinado. A Afuse, funcionários de escolas, em greve desde agosto, já sofria as consequências desse isolamento. Porém, nada de concreto foi proposto para quebrar esse bloqueio e impor efetivamente a unidade dos trabalhadores em educação com o restante do funcionalismo.

Por fim, o argumento de parte da classe de que se tratava de uma greve com objetivos eleitorais. Fato alimentado com o panfleto "Maluf nunca mais", apreendido pela polícia, e pelo combate à proposta de uma cartaz denunciando Fleury, Quercia e Maluf como inimigos da educação.

A greve tinha a seu favor o despontar das mobilizações estudantis (motivadas pelo impeachment). Porém, prevaleceu o espontaneísmo e não como parte de uma política de construção de um amplo movimento de massa para enfrentar o sucateamento do ensino público e gratuito.

Desta forma, a greve permaneceu isolada, dominada pela conciliação de classe que se armou no país. A parcela combativa da classe lutou nas escolas para arrastar o setor que resistia à luta, mas se debatia com a intransigência do governo e a política da diretoria da Apeoesp.

A diretoria conduziu o movimento para as pressões parlamentares. Buscou de todas as formas romper com o cerco do governo através dos deputados do partido governista, isto é, negociar via deputados a abertura de negociação. Colocou-se contra a manifestação no Palácio, recusando-se organizar um grande movimento de professores, pais e alunos para pressionar Fleury. Foi

radicalmente contra a ocupação da frente da Secretaria da Educação e referendou a distraçionista vigília musical como um acerto político.

O voto da assembléia a tais posições significou a inviabilidade de arrancar do governo as reivindicações. A força da greve estava na capacidade de se confrontar com o governo, transformando-a em luta política contra o Estado. A renúncia desse enfrentamento e a manutenção da greve nos limites da convivência pacífica com o governo contribuiu decisivamente para a não vitória do movimento.

A fraqueza do movimento de oposição à diretoria da

Apeoesp se revelou quando não foi capaz de compreender de conjunto que se tratava de duas políticas em jogo nessa greve: de um lado a conciliação de classe, expressa pela corrente Articulação (que dirige a Apeoesp) e, de outro, aquela que defendia o rompimento com o bloqueio político da colaboração, protagonizada pelos métodos da ação direta dos grevistas contra o governo. Por isso, não pôde atuar unitariamente no decorrer da greve. Salvo exceção no momento da ocupação da Praça da República, quando a direção já havia defendido a suspensão da greve.

A Corrente Proletária na Educação apontou, desde o início da greve, as dificuldades do movimento e defendeu propostas para romper o isolamento e enfrentar o governo. Opôs aos métodos demagógicos de pressões parlamentares e levantou a bandeira da independência de classe e a via da mobilização e ação direta contra o governo Fleury.

As lições dessa greve devem servir para a estruturação de um programa classista oposto à política da diretoria da Apeoesp. A conquista das nossas reivindicações é parte da organização de uma nova direção para o movimento dos professores.

Construir a Corrente Proletária na Educação !

Impeachment e a quebra de greves pela direção da CUT

Para garantir a legalidade burguesa do impeachment e a substituição não traumática de Collor, a burocracia sindical não trabalhou pela mobilização das categorias que estavam em campanha salarial. Por isso, quebrou 3 greves de categoriais importantes como: condutores, petroleiros e bancários.

Em troca, aprovou uma "paralisação cívica", promovida pelos empresários para que os trabalhadores pudessem ver como se dão as manobras parlamentares.

Pouco importou a burocracia saber que os condutores receberam um aumento de 89% parcelado em três vezes, o que faz com que o piso da categoria chegue a ridículos 930 mil cruzeiros, quando uma cesta básica (só comida) para 4 pessoas custa 630 mil; ou ainda que os petroleiros estejam com os salários atrasados há dois meses e com um índice de perdas acumuladas nos últimos 12 meses de 320% e ainda correndo o risco de desemprego em massa devido à privatização do setor, ou mais que o piso da categoria dos bancários seja de 512 mil cruzeiros. Ou seja, a burocracia

colocou a sobrevivência dos trabalhadores de lado para defender o impeachment.

Eduardo Jorge, parlamentar do PT, afirmou que era melhor para os trabalhadores esperarem a troca de governo, pois era mais fácil negociar com Itamar. Elogiou o comando dos petroleiros por acatar o pedido dos parlamentares para não saírem em greve no dia 30.

Os burocratas em suas manobras espúrias, tentam, desta forma enganar os trabalhadores com a legalidade burguesa como se fosse resolver o problema da classe através de alguma instituição do Estado ou algum governante.

Os trabalhadores têm de rechaçar essa conduta dos burocratas traidores e levantar a bandeira da independência de classe. A conquista das reivindicações vitais virá da luta dos próprios trabalhadores. Que os trabalhadores atingidos pela quebra dos movimentos grevistas iniciem a preparação de novas campanhas salariais, com o objetivo de repor as perdas salariais e reajustar os salários de acordo com a inflação mensal.

Condutores do ABC: A burocracia e suas manobras

A burocracia sindical mostrou, como é de costume, seu verdadeiro papel de entrave para o movimento sindical, isto porque evita que a classe se choque com os interesses patronais. As vítimas dessas manobras são sempre os trabalhadores, motoristas e ajudantes do setor de carga do ABCD.

Os míseros salários dos trabalhadores deste setor estão tão arrojados a ponto de não atender nem às necessidades vitais. A proposta patronal para o mês de setembro é de 38,96%, o que significa elevar o salário do motorista para pouco mais de 1 milhão e trezentos mil cruzeiros. Isto quando o salário mínimo vital é de 3 milhões de

cruzeiros.

A burocracia sindical se apegou com unhas e dentes na proposta patronal. Tenta iludir os trabalhadores alegando que: "a categoria enfrenta problemas nas negociações, os patrões não cedem um milímetro na sua proposta". Não bastando a defesa dos interesses dos empresários, essa direção sindical coloca que é difícil arrancar reajuste com uma categoria localizada fora do ABC e espalhada por toda região metropolitana. Barganham a sobrevivência da classe com o miserável argumento de que "no mês de outubro as empresas do ABCD já terão organizado o sindicato no "âmbito regional, possibilitando assim

negociações".

Esses capachos dos patrões utilizam a categoria e a responsabiliza pela incapacidade da direção organizar o movimento grevista contra a proposta patronal, por isso querem culpar os trabalhadores pela ausência na assembleia do dia 19/9.

Os trabalhadores devem denunciar essas manobras vergonhosas e dizer Não as propostas patronais. Cabe ao sindicato mobilizar a categoria para a greve. Chega de desculpas esfarrapadas! Abaixo o reajuste de fome dos patrões! Abaixo a burocracia sindical vendida! Por um salário mínimo real com escala móvel!

Condutores ETCD A luta pelo controle por parte dos funcionários da ETCD (Empresa de Transporte Coletivo de Diadema)

No dia 30/9 realizou-se as eleições da Cipa da empresa. A Fração Revolucionária lançou a discussão de um programa para a Cipa. Um programa que partia da luta por melhores condições de trabalho, saúde, etc, e apontava a necessidade do controle da empresa pelos seus próprios trabalhadores. Essa reivindicação eliminaria a política patronal, melhoraria a prestação de serviços aos usuários e colocaria as decisões centrais sobre o funcionamento, extensão das linhas, aumento da frota, etc sob o controle direto dos trabalhadores.

As discussões desse programa ainda foram limitadas, mas foram extremamente importantes para o conjunto da classe. Foram eleitos 4 cipeiros comprometidos com esse programa

e poderão auxiliar na formação da comissão de garagem independente da diretoria, do Prefeito e do patronato.

Essa experiência dos trabalhadores da ETCD contribuirá na organização e politização da categoria. Somente com a compreensão do programa classista é que reuniremos as condições para fazer chegar a política revolucionária para o conjunto da categoria.

Viva a luta independente dos trabalhadores do transporte!
Por uma cipa e comissão que combatam a política patronal!

Mova: Não podemos admitir a manipulação eleitoral

A alfabetização de adultos, promovida pelo PT através do Mova, tem por objetivo a formação de currais eleitorais para apoiar os candidatos reformistas.

Os monitores do Mova estão sendo forçados a comparecer em reuniões com o candidato Suplicy e vereadores petistas e recebem a "sugestão" de que devem levar também os alfabetizados, numa prova categórica do eleitoralismo.

Aqueles que encaram

com seriedade o processo de alfabetização não podem permanecer passivos diante da manipulação dos alfabetizados, dos monitores e do próprio movimento. Nada de alfabetizar para arrebatar votos.

Não podemos permitir a reedição da política dos coronéis: ensinar a "desenhar" dois nomes, o próprio e o do candidato. O Mova deve repudiar o eleitoralismo do PT de alfabetizar os adultos para caçar votos.

Texteis: Impulsionar a campanha salarial

Mais uma vez os pelegos da Força Sindical trabalharam eficientemente para a única classe a que representam: a dos patrões.

A categoria têxtil foi, novamente, traída pela direção que se utilizou das manobras mais absurdas para evitar a mobilização a favor de uma campanha salarial de luta. Não convocou a assembléia para o dia 1/9 que daria início à campanha, discutiu uma pauta de reivindicação em que o principal item era o aumento da contribuição sindical e da taxa assistencial, ignorou as demissões, os fechamentos de fábricas, o arrocho salarial, a prevenção das doenças profissionais e, não satisfeitos, ainda chamaram a polícia para dentro do sindicato para poder manter no controle da situação e cassaram o direito à palavra dos membros da Oposição.

A presença da categoria na assembléia só foi assegurada porque a Oposição "Texteis da CUT" foi à porta das fábricas para convocá-la e propor que os trabalhadores se organizassem dentro das fábricas, para evitar que a classe fosse, novamente, ignorada em suas reivindicações. Cientes das propostas de forma-

ção de comissão de representantes de fábricas e da pauta mínima de reivindicações da Oposição e temendo perder o controle da situação, os pelegos chamaram a polícia para denunciar os membros da Oposição.

Esta é a conduta dos pelegos: trabalhador é bandido e opositor merece repressão policial. Isto quando os verdadeiros bandidos usurpam o Sindicato que é organismo dos operários e não de pelegos que andam armados e cercados de capangas. Se suas propostas fossem a favor dos trabalhadores, não precisariam se defender deles através da polícia.

Mesmo assim, em vista da pressão, foram obrigados a convocar uma segunda assembléia onde, utilizando-se da farsa da assembléia permanente, conseguiram desmobilizar de vez a categoria, convocando reuniões toda sexta-feira em que nem os membros da direção comparecem.

Se quisermos, de fato, ter uma campanha de luta precisamos nos organizar imeditamente nas fábricas formando os comandos e nos preparar para impor uma linha na próxima assembléia e tomar a direção do sindicato

PT age como Jânio Quadros

Logo após as eleições do 1º turno, o PT demitiu um militante do POR, que trabalhava no Mova. A razão da demissão foi porque defendeu o voto nulo. Isto é, a companheira fez boca de urna com o panfleto da T.POR pelo voto nulo. Nem foi em sala de aula e nem nas dependências da escola para arremeter os alfabetizados para a campanha eleitoral do PT. Trata-se de mais pura perseguição política. O PT não admite que seus funcionários pensem em se manifestarem contrários à cartilha lulista.

A perseguição e demissão da companheira são mais uma prova da repressão da administração petista. Nisso não se difere daquilo que representou Jânio aos professores e funcionários municipais. É bom lembrar que o PT sempre denunciou as perseguições políticas de Jânio, que se utilizava dos mesmos recursos que agora os coordenadores do Mova lançaram mão contra a militante porista.

É necessário que as bases militantes do PT não contaminadas com o autoritarismo de sua direção se pronunciem contra tal medida. Que as correntes de esquerda também tomem posição contrária à demissão. Que a CUT exija a imediata readmissão.

Fora a perseguição política!

Fora a repressão petista!

Cortes de água e luz

A recessão vigente no país está provocando um aumento de corte de água e luz por falta de pagamento em Diadema.

Em apenas um mês, a Eletropaulo registrou 1290 cortes de energia e a Sabesp, 746. Em Diadema, com o desemprego e os longos meses para conseguir trabalho, os trabalhadores não podem manter em dia o pagamento dos serviços essenciais (luz e água).

A Eletropaulo e a Sabesp têm elevado as tarifas a preços extremamente altos. As contas das casas operárias chegam ao absurdo. O problema das altas taxas e cortes devem ser discutidos nos bairros e assegurado que nenhum desempregado fique sem água e luz. Que haja uma taxa mínima para a classe operária. Que os sindicatos, associações de bairros e movimentos populares estabeleçam esta taxa.

500 Anos de Opressão Basta!

12 de outubro comemora-se 500 anos de descoberta da América. Não há nada que festejar. A colonização da América foi o maior genocídio da história da humanidade. A opressão sobre o Brasil tem sido mantido nesses 500 anos. Hoje, a política neoliberal dos governos expressa o submissão às metrópoles imperialistas.

A defesa da soberania nacional não pode ser feita pela burguesia semicolonial da América Latina. Esta tarefa

antiimperialista passou para as mãos do proletariado. Os 500 anos devem servir para denunciar o saque das riquezas, a continuidade da opressão nacional e a mutilação da vida das massas. A T.POR levanta como bandeira a Revolução Proletária e a unidade latino-americana antiimperialista através da defesa da conquista dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, parte da Revolução Mundial.